

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANALISTA LEGISLATIVO - RELAÇÕES PÚBLICAS

- Língua Portuguesa
- Língua Inglesa
- Noções de Direito Administrativo e Administração Pública
- Noções de Direito Constitucional e de Regimento Interno da Câmara dos Deputados
- Tecnologia da Informação e Dados
- Comunicação Social
- Relações Públicas
- Processo Legislativo e Regimento Interno
- Ciência Política

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 1 – CÂMARA DOS DEPUTADOS – ANALISTA LEGISLATIVO, DE 2 DE OUTUBRO DE 2026

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Analista Legislativo - Relações Públicas

SL-043OT-26
7901183010905

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais 12
3. Domínio da ortografia 18
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. 22
5. Emprego de tempos e modos verbais 25
6. Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 25
7. Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 27
8. Emprego das classes de palavras 30
9. Emprego dos sinais de pontuação 40
10. Concordância verbal e nominal 42
11. Regência verbal e nominal 46
12. Emprego do sinal indicativo de crase 49
13. Colocação dos pronomes átonos 52
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade 53
15. Significação das palavras 54
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto 57

Língua Inglesa

1. Compreensão de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais 67
2. Itens gramaticais relevantes para compreensão de conteúdos semânticos 70
3. Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa 71

Noções de Direito Administrativo e Administração Pública

1. Estado, governo e Administração Pública: conceito, elementos, poderes e organização do Estado; Princípios constitucionais e doutrinários da Administração Pública 77
2. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralização, descentralização, concentração e desconcentração 79
3. Ato administrativo; Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies, extinção, nulidades e revogação; Parecer: responsabilidade do emissor do parecer 83
4. Agentes públicos; Disposições constitucionais aplicáveis; Cargo, emprego e função pública; Requisição; Regime jurídico dos servidores públicos federais (Lei 8.112/1990 e suas alterações) 87
5. Direito administrativo disciplinar; Fontes e princípios; Ilícito de direito administrativo disciplinar; Procedimentos disciplinares da administração pública 116
6. Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999 e suas alterações) 122
7. Poderes administrativo; Discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder 128
8. Responsabilidade civil do Estado; Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado 130

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

9. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações) 133
10. Evolução dos modelos de gestão pública: patrimonialismo, administração burocrática e nova gestão pública (New Public Management); Nova Governança Pública (New Public Governance): conceito, fundamentos e evolução; Ação pública em redes de cooperação, articulação interinstitucional e parcerias com o setor privado e terceiro setor; Coprodução do bem público, participação cidadã e transparência ativa; Valor Público, cadeia de valor público 145
11. Governança na Administração Pública; Governança pública: conceito, distinção entre governança e governabilidade e alinhamento estratégico; Mecanismos de governança: liderança, estratégia e controle; Conceito de valor público: geração de valor para a sociedade, entrega de resultados, sustentabilidade e avaliação de impactos de políticas públicas 149
12. Decreto Federal nº 9.203/2017 e suas alterações (política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional) 153
13. Noções de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações); Licitação Pública: conceito, princípios, finalidade do procedimento licitatório, modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação; Contratos administrativos; Características do contrato administrativo; Formalização, gestão e fiscalização do contrato; Planejamento e fiscalização contratual; Papel do fiscalizador do contrato; Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência 156
14. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 e suas alterações) 204
15. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações) 211

Noções de Direito Constitucional e de Regimento Interno da Câmara dos Deputados

1. Constituição federal de 1988: conceito, contexto histórico, características, estrutura do texto 227
2. Princípios fundamentais 229
3. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos 234
4. Organização do estado: organização políticoadministrativa, união, estados, municípios, distrito federal e territórios. Intervenção federal 244
5. Administração pública: disposições gerais, servidores públicos civis e militares 252
6. Poder legislativo: o congresso nacional e suas casas (atribuições, competências, reuniões e comissões) 258
7. Regime jurídico constitucional dos parlamentares 265
8. Regimento interno da câmara dos deputados; disposições preliminares e órgãos da câmara (arts. 1º a 24 e suas alterações); sessões da câmara (arts. 65 A 94 e suas alterações); deputados (arts. 226 A 251 e suas alterações); administração e economia interna (arts. 262 A 273 e suas alterações) 270
9. Regimento comum do congresso nacional; título i; título iv, capítulo ii e capítulo iii (até art. 103) 294

Tecnologia da Informação e Dados

1. Msoffice 365 (word, excel, powerpoint e onedrive) 299
2. Redes de computadores; conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet 325
3. Ferramentas de comunicação e colaboração: correio eletrônico (webmail, cliente de e-mail), aplicativos de comunicação (microsoft teams, google meet) 334
4. Conceitos gerais de segurança e governança digital; segurança da informação: procedimentos de cópia de segurança (backup), noções de vírus, worms e pragas virtuais; programas de proteção (antivírus, firewall, antispyware); ameaças digitais (phishing, pharming) 340
5. Conceitos básicos de inteligência artificial; engenharia de prompts; aprendizado supervisionado, não supervisionado e por reforço 353
6. Ia generativa: conceitos, exemplos e casos de uso 357

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

7. Ética e responsabilidade digital no serviço público 361
8. Dados: conceitos, atributos, métricas, transformação de dados 365
9. Visualização de dados: princípios de visualização de dados; tipos de gráficos (histograma, linha, barra, dispersão, box plot); ferramentas de visualização de dados (power bi, tableau e data studio); storytelling para visualização de dados ... 368

Comunicação Social

1. Teorias da Comunicação. Escolas, paradigmas, correntes, modelos, principais pensadores. Comunicação e opinião pública. Midiatização e plataformização. Desinformação e integridade da informação 375
2. Comunicação interna. Conceito, funções e objetivos da comunicação interna. Ferramentas e canais de comunicação interna (intranet, veículos impressos/digitais, jornais murais, newsletters, eventos) 379
3. Endomarketing: conceitos e estratégias de engajamento 382
4. Comunicação e cultura organizacional. Gestão do clima organizacional por meio da comunicação 385
5. Comunicação institucional. Conceito e objetivos da comunicação institucional. Gestão da imagem, identidade e reputação corporativa/institucional. Gerenciamento de crises. 3.4 Técnicas e ferramentas de gerenciamento de crises . 389
6. Comunicação organizacional. Conceito, objetivos e dimensões da comunicação organizacional 392
7. O composto da comunicação integrada (comunicação institucional, mercadológica, interna e administrativa). Planejamento estratégico de comunicação. Fluxos comunicativos (descendentes, ascendentes, horizontais e transversais) 396
8. Comunicação formal e informal nas organizações. Definição de públicos-alvo: pesquisa, segmentação, canais de interação. Definição de indicadores de resultados em comunicação. Plano de comunicação 399
9. Gestão de projetos de comunicação 403
10. Redes sociais digitais oficiais. Planejamento e produção de conteúdo. Postagens e colaborações. Características das principais plataformas de mídias sociais: diferenças de públicos, linguagem, formatos (4:5, 3:4, 9:16) e conteúdos (cards, carrossel, vídeos, stories, lives). Elementos fundamentais de publicações em redes sociais: capa, legenda, marcação, palavras-chave, call to action 406
11. Transparência pública 409
12. Comunicação Pública. Conceitos, fundamentos e especificidades da comunicação pública. Comunicação pública versus comunicação governamental e comunicação político partidária 411
13. Políticas de comunicação. 8.1 Política de comunicação da Câmara dos Deputados (Ato da Mesa nº 218/2025). 414
14. Manual de comunicação da Câmara dos Deputados 417
15. Inteligência artificial na comunicação. Aplicações da IA na comunicação. Ética no uso de IA na comunicação 418
16. Linguagem simples e usabilidade. Manual de linguagem simples da Câmara dos Deputados. Conceito e técnicas de usabilidade 421
17. Princípios constitucionais da administração pública aplicados à comunicação (Art. 37, § 1º da CF/88) 424

Relações Públicas

1. Relações públicas. Conceitos e fundamentos das Relações Públicas. Mapeamento e mobilização de públicos. Comunicação dirigida. Planejamento de Relações Públicas. Marketing de relacionamento 431
2. Programas de visitação institucional da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional (Ato da Mesa nº 77/2023 e Ato Conjunto nº 05/2014) 434
3. Pesquisa Aplicada à Comunicação. Métodos de pesquisa. Pesquisa de opinião pública. Pesquisas qualitativas. Pesquisas quantitativas 436
4. Relações Públicas Governamentais 439
5. Relações Públicas com comunidades 442

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

6. Eventos. Tipologia de Eventos. Técnicas de Reuniões de Informação e Discussão. Elaboração, planejamento e coordenação da execução de eventos corporativos. Briefing e checklist para organização de cerimonial. Elaboração de roteiro e de script de eventos e de solenidades. Avaliação de eventos. 444
7. Cerimonial e Protocolo. Normas gerais de cerimonial público. Normas de precedência. Pavilhão Nacional. Hino Nacional. Bandeira Nacional. Da Posse do Presidente da República. Das visitas do Presidente da República em solenidades oficiais. Das Visitas Oficiais. Das visitas de chefes de estado estrangeiros. Composição de mesas de acordo com o evento. Cerimonial em falecimentos e funerais de autoridades. Briefing e checklist para organização de cerimonial. Elaboração de roteiro de cerimonial. Conjunto de formalidades que compõe um ato solene da Câmara dos Deputados. Significado de termos correntes em cerimonial e etiqueta 447
8. Normas protocolares e ordem geral de precedência da Câmara dos Deputados (Ato da Mesa nº 70/2013) 450
9. Gestão de equipes em relações públicas 454
10. Cerimonial e protocolo público: Decreto 70.274/72 e suas alterações 456
11. Uso dos símbolos nacionais (Lei nº 5.700/1971 e suas alterações) 470

Processo Legislativo e Regimento Interno

1. Procedimento Legislativo. Tipos de procedimento, ordinário, abreviado, sumário, sumaríssimo, especial e concentrado. Etapas e noções básicas. Comissões, pareceres, deliberação, votação, sanção e veto 477
2. Matérias Legislativas. Projeto de lei ordinária, complementar e delegada. Medida provisória. Projeto de decreto legislativo e projeto de resolução. Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Indicações, pareceres, requerimentos e vetos 481
3. Iniciativa Legislativa: Presidência da República, Congresso Nacional, tribunais e cidadãos 484
4. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária 488
5. Processo Legislativo Orçamentário 492
6. Plano Plurianual (PPA). Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Orçamentária Anual (LOA). As interfaces entre LDO, LOA; Elaboração e aprovação das leis de matéria orçamentária. Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO. Execução financeira e créditos 496
7. Lei nº 4.320/1964 e suas alterações 501
8. Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal) 511
9. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Resolução nº 17/1989 – CD e suas alterações 528
10. Regimento Comum do Congresso Nacional. Resolução nº 1/1970 – CN e suas alterações 582
11. Resolução nº 3/1990 – CN 591
12. Resolução nº 1/2002 – CN 592
13. Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados 594

Ciência Política

1. Ciência Política 603
2. Teoria política 604
3. Regimes políticos 606
4. Sistemas e formas de governo 607
5. Representação política 609
6. Poderes e relações entre poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário 612
7. Sistemas eleitorais 624
8. Teoria dos partidos políticos 626
9. Organização política brasileira 628

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

10. Política internacional contemporânea 631
11. Teoria do Estado e formação dos Estados nacionais 640
12. Formação do Estado brasileiro 643
13. História do voto e dos partidos no Brasil 646

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

▸ A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

▸ A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

▸ Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

▸ **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais:verbais e não-verbais . Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

▸ **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

▸ **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

▸ **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias , que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados , as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA INGLESA

COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS: DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS, RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS

A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

Domínio do vocabulário e da estrutura da língua

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo)**: composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo)**: formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

Relações intratextuais: coesão e coerência no texto

As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.

A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:

- **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação)**: termos como “however,” “therefore,” “although,” “in addition” ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.
- **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como “he,” “she,” “it,” “this,” “that” mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.
- **Substitution and ellipsis (substituição e elipse)**: permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Lexical cohesion (coesão lexical)**: uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como "pollution," "contamination," "environmental damage," e "ecosystem degradation" criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

Por exemplo, ao ler um texto que começa com "Global warming has severe impacts on biodiversity" e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

Intertextualidade no processo de leitura

A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

Existem diferentes formas de intertextualidade:

- **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase)**: ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.
- **Alusão (allusion)**: uma referência sutil a outro texto, evento ou figura histórica, que o leitor deve reconhecer para compreender completamente o significado. Por exemplo, a expressão "to be or not to be" remete imediatamente à obra de Shakespeare, mesmo fora do contexto da peça.
- **Paródia e pastiche**: quando um texto imita ou faz uma releitura de outro, seja para homenageá-lo, seja para criticar ou modificar seu sentido original.
- **Interdiscursividade**: quando um texto incorpora elementos de diferentes gêneros discursivos, como um artigo acadêmico que inclui trechos de entrevistas, notícias e gráficos.

A intertextualidade é uma estratégia poderosa para enriquecer o significado de um texto. Por exemplo, um anúncio publicitário pode usar uma referência bíblica ou literária para criar um impacto emocional no público, enquanto um artigo de opinião pode citar estudos acadêmicos para reforçar sua argumentação.

Para identificar relações intertextuais em textos em inglês, o leitor precisa estar atento a pistas linguísticas, como aspas, expressões idiomáticas conhecidas, nomes próprios e eventos históricos mencionados. Além disso, o background knowledge (conhecimento prévio) é fundamental para fazer essas conexões de forma eficiente.

O reconhecimento da intertextualidade amplia a compreensão do texto, pois permite ao leitor perceber camadas de significado que vão além da superfície, enriquecendo a interpretação e promovendo uma leitura mais crítica e reflexiva.

A compreensão e interpretação de textos em inglês envolvem uma combinação de habilidades linguísticas e cognitivas. O domínio do vocabulário e da estrutura da língua fornece a base para decodificar o texto, enquanto a identificação das relações intratextuais e intertextuais permite uma compreensão mais profunda e crítica do conteúdo.

Desenvolver essas competências é essencial para leitores que desejam não apenas entender textos em inglês, mas também analisá-los de forma reflexiva, reconhecendo as conexões entre diferentes ideias, contextos e discursos. Esse processo contribui para o aprimoramento da proficiência linguística e para a formação de leitores mais autônomos e críticos em qualquer área do conhecimento.

Ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas

A habilidade de leitura transcende a mera capacidade de reconhecer palavras em uma página; ela envolve a habilidade de extrair significado, compreender nuances e discernir intenções subjacentes em textos escritos.

Este material didático visa equipar os estudantes com ferramentas críticas para identificar a ideia principal e informações específicas nos textos, além de analisar o caráter emocional, a atitude do autor e o efeito intencional que o texto pretende causar no leitor.

Identificação da Ideia Principal

A ideia principal de um texto é o coração da mensagem que o autor deseja comunicar. É o ponto central em torno do qual todas as outras informações giram. Reconhecer a ideia principal é fundamental para entender o propósito do texto e para uma leitura eficiente e eficaz.

Técnicas para Identificação da Ideia Principal

- **Análise do Título e Subtítulos:** Frequentemente, o título e os subtítulos fornecem uma visão preliminar do tema central ou da mensagem principal.
- **Leitura dos Primeiros e Últimos Parágrafos**: Estas seções do texto geralmente contêm uma síntese ou uma declaração explícita da ideia principal.
- **Busca por Palavras e Frases Recorrentes:** A repetição é uma técnica retórica usada para enfatizar um ponto central; identificar essas repetições pode revelar a mensagem principal.
- **Criação de um Mapa Mental:** Visualizar as ideias principais e suas conexões pode ajudar na identificação da mensagem central.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO, ELEMENTOS, PODERES E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO; PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DOUTRINÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estado, Governo e Administração Pública: noções fundamentais

- **Conceito de Estado**

Estrutura política, jurídica e territorial

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

- **Elementos constitutivos do Estado**

Povo, território e soberania

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

- **Finalidade do Estado**

Realização do interesse público

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

Governo: conceito, função política e direção do Estado

- **Conceito de Governo**

Comando político do Estado

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.

O Governo exerce função política, ligada às grandes escolhas estatais, como definição de políticas econômicas, sociais, educacionais, sanitárias e administrativas. A Administração Pública, por sua vez, executa essas decisões de modo técnico, jurídico e contínuo, obedecendo à lei e aos princípios administrativos.

- **Governo e Administração Pública**

Direção política e execução administrativa

A distinção entre Governo e Administração Pública é essencial. O Governo decide os rumos políticos do Estado; a Administração executa, concretiza e operacionaliza essas decisões. Assim, políticas públicas podem nascer de escolhas governamentais, mas sua execução depende da estrutura administrativa.

Elemento	Característica principal
Estado	Estrutura jurídica e política permanente
Governo	Direção política temporária
Administração Pública	Execução técnica e administrativa das funções públicas

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Formas de organização política**

Formas de governo, sistemas de governo e formas de Estado

As formas de governo indicam como ocorre a relação entre governantes e governados, destacando-se república e monarquia. Os sistemas de governo tratam da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, como presidencialismo e parlamentarismo. Já as formas de Estado indicam a organização territorial do poder, como Estado unitário e federação.

No Brasil, adota-se a forma republicana de governo, o sistema presidencialista e a forma federativa de Estado. Essa estrutura influencia diretamente a organização administrativa, pois distribui competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Administração Pública: sentidos, funções e organização

- **Sentidos da Administração Pública**

Sentido subjetivo e sentido objetivo

A Administração Pública pode ser compreendida em dois sentidos principais. Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes responsáveis pelo exercício da função administrativa. Nesse caso, observa-se quem atua: ministérios, secretarias, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e servidores públicos.

Em sentido objetivo, material ou funcional, Administração Pública significa a própria atividade administrativa. Nesse enfoque, não se analisa quem executa, mas o que é executado: prestação de serviços públicos, exercício do poder de polícia, fomento, intervenção administrativa, fiscalização e gestão de bens e interesses públicos.

Sentido	Foco principal	Exemplo
Subjetivo	Quem exerce a função administrativa	Órgãos, entidades e agentes
Objetivo	Qual atividade é exercida	Serviço público, fiscalização e fomento

- **Função administrativa**

Execução concreta do interesse público

A função administrativa consiste na atividade concreta, direta e contínua desenvolvida pelo Estado para atender às necessidades coletivas. Ela se diferencia da função legislativa, que cria normas gerais, e da função jurisdicional, que resolve conflitos com definitividade. A Administração Pública atua executando a lei, prestando serviços, organizando estruturas, controlando atividades privadas e protegendo o patrimônio público.

- **Organização administrativa**

Administração direta e indireta

A Administração direta é formada pelos entes políticos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentro deles existem órgãos públicos, sem personalidade jurídica própria, responsáveis pela execução de competências internas.

A Administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas para desempenhar atividades específicas. Inclui autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essa divisão permite distribuir tarefas, especializar funções e tornar a atuação administrativa mais eficiente.

Princípios da Administração Pública

- **Importância dos princípios administrativos**

Base de validade da atuação estatal

Os princípios da Administração Pública orientam, limitam e controlam a atuação administrativa. Eles servem como critérios de interpretação das leis, fundamento de validade dos atos administrativos e parâmetro para verificar se a conduta do agente público respeita o interesse público. Mesmo quando a Administração possui certa margem de escolha, essa liberdade deve ser exercida conforme os princípios administrativos.

- **Princípios expressos**

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Os princípios expressos são aqueles previstos de forma direta no texto constitucional. Eles formam a base mínima obrigatória da atuação administrativa e devem ser observados por todos os Poderes, órgãos, entidades e agentes no exercício da função administrativa.

Princípio	Ideia central
Legalidade	A Administração só pode agir conforme o Direito
Impessoalidade	A atuação deve buscar finalidade pública, sem favorecimentos
Moralidade	O ato deve respeitar ética, probidade e boa-fé
Publicidade	Os atos devem ser transparentes, salvo sigilo legítimo
Eficiência	A atuação deve buscar qualidade, resultado e boa gestão

- **Princípios implícitos**

Controle, equilíbrio e proteção do interesse público

Além dos princípios expressos, existem princípios implícitos igualmente obrigatórios. A supremacia do interesse público justifica prerrogativas administrativas quando necessárias à coletividade. A indisponibilidade do interesse público impede que o gestor trate bens, direitos e poderes públicos como interesses

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DE REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: CONCEITO, CONTEXTO HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS, ESTRUTURA DO TEXTO

A Constituição Federal de 1988 foi elaborada no contexto de redemocratização do Estado brasileiro, após um longo período de restrição das liberdades políticas e civis. Sua promulgação representou a reorganização das instituições, a ampliação dos direitos fundamentais e a reafirmação da soberania popular como fundamento do poder político.

O texto constitucional estabeleceu um Estado Democrático de Direito comprometido com a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Também definiu objetivos voltados à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, à redução das desigualdades e à promoção do bem de todos.

- **Características da Constituição**

Classificação e rigidez constitucional

A Constituição de 1988 é escrita, promulgada, formal, dogmática, analítica, dirigente e rígida. É promulgada porque resultou da atuação de representantes eleitos; analítica porque disciplina numerosos temas; dirigente porque estabelece programas e objetivos para o Estado; e rígida porque sua alteração exige procedimento mais complexo do que o utilizado para a elaboração das leis ordinárias.

A rigidez assegura a supremacia formal da Constituição. Sua supremacia material decorre da relevância de seus conteúdos, especialmente os relacionados aos direitos fundamentais, à organização do Estado e à limitação do poder.

- **Estrutura do texto constitucional**

Preâmbulo, parte permanente e disposições transitórias

A Constituição é composta pelo preâmbulo, pelo texto permanente e pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O preâmbulo apresenta valores inspiradores da ordem constitucional. A parte permanente disciplina direitos, organização estatal, Poderes, tributação, economia e ordem social. As disposições transitórias regulam a passagem entre a ordem anterior e a nova Constituição, além de prever medidas específicas de adaptação institucional.

- **Força normativa e aplicabilidade**

Constituição como fundamento de validade

A Constituição ocupa o centro do sistema jurídico e condiciona a validade das demais normas. Suas disposições podem ter eficácia plena, contida ou limitada, conforme a possibilidade de aplicação imediata e a necessidade de regulamentação. Ainda assim, todas possuem força jurídica e orientam a atuação legislativa, administrativa e jurisdicional.

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

- **Poder constituinte derivado reformador**

Natureza e finalidade

As emendas constitucionais são instrumentos de alteração formal da Constituição. Decorrem do poder constituinte derivado reformador, que é juridicamente limitado, condicionado e subordinado à ordem estabelecida pelo poder constituinte originário. Sua função é permitir a atualização do texto constitucional sem romper a continuidade do sistema jurídico.

A reforma pode acrescentar, modificar ou revogar disposições constitucionais, mas não pode destruir a identidade fundamental da Constituição nem afastar os limites expressa ou implicitamente impostos ao poder de reforma.

- **Iniciativa e procedimento**

Deliberação parlamentar qualificada

A proposta de emenda pode ser apresentada por parcela constitucionalmente determinada dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembleias Legislativas, mediante manifestação da maioria relativa de seus integrantes.

A proposta deve ser discutida e votada em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional. Sua aprovação exige, em todos os turnos, o voto favorável de três quintos dos respectivos membros. Não existe sanção nem veto presidencial. Concluída a aprovação, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

- **Limitações ao poder de reforma**

Preservação da ordem constitucional

As limitações circunstanciais impedem a alteração constitucional durante intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. As limitações formais exigem respeito à iniciativa, ao quórum, aos turnos e à promulgação. As limitações materiais protegem as cláusulas pétreas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Não pode ser objeto de deliberação proposta tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais. A proteção não alcança apenas a eliminação expressa, mas também alterações que esvaziem substancialmente esses elementos.

- **Controle e transformação constitucional**

Emenda, revisão e mutação

As emendas podem ser submetidas ao controle de constitucionalidade quando violarem limitações ao poder de reforma. Diferem da revisão constitucional, que possui fundamento e procedimento excepcionais, e da mutação constitucional, que modifica o sentido interpretativo da norma sem alterar seu texto.

Bloco de constitucionalidade

- **Conceito e finalidade**

Conjunto de normas utilizadas como parâmetro constitucional

O bloco de constitucionalidade corresponde ao conjunto de normas e princípios que servem como parâmetro para verificar a validade dos atos inferiores. Seu conteúdo pode ultrapassar os dispositivos reunidos no texto permanente da Constituição, abrangendo elementos que, por sua natureza ou posição normativa, possuem força constitucional.

A noção de bloco permite compreender que a constitucionalidade não depende apenas da comparação literal entre uma lei e determinado artigo constitucional. O controle também considera princípios estruturantes, direitos fundamentais e normas formalmente incorporadas ao nível constitucional.

- **Sentidos restrito e ampliado**

Extensão do parâmetro de controle

Em sentido restrito, o bloco é formado pelas normas dotadas de hierarquia constitucional formal. Em sentido ampliado, pode abranger valores, princípios e direitos materialmente constitucionais que auxiliam na interpretação e na preservação da unidade da ordem jurídica.

No sistema brasileiro, os principais componentes podem ser sintetizados da seguinte forma:

Componente	Posição no bloco
Texto permanente da Constituição	Parâmetro constitucional direto
Disposições constitucionais transitórias	Normas constitucionais formalmente válidas
Emendas constitucionais	Integram a Constituição após sua promulgação
Princípios constitucionais expressos e implícitos	Orientam validade e interpretação
Tratados de direitos humanos aprovados pelo rito qualificado	Equivalem às emendas constitucionais

- **Cláusula de abertura material**

Direitos não expressamente enumerados

A Constituição admite que os direitos fundamentais não se esgotem naqueles expressamente previstos. Outros direitos podem decorrer do regime constitucional, de seus princípios e de tratados internacionais incorporados ao sistema.

Essa abertura impede compreensão excessivamente fechada da Constituição e permite reconhecer novas dimensões de proteção da pessoa. Contudo, nem toda norma internacional ou princípio jurídico integra automaticamente o bloco em sentido formal.

- **Importância no controle de constitucionalidade**

Unidade e ampliação da proteção constitucional

O bloco de constitucionalidade amplia e organiza os parâmetros utilizados no controle de validade das leis e dos atos estatais. Sua aplicação exige precisão, pois a ampliação indiscriminada do parâmetro pode gerar insegurança jurídica. O instituto deve preservar simultaneamente supremacia constitucional, coerência normativa e proteção efetiva dos direitos fundamentais.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DADOS

MSOFFICE 365 (WORD, EXCEL, POWERPOINT E ONEDRIVE)

WORD

O Word 2016 é uma versão de edição de textos que apresenta novas ferramentas e recursos para que o usuário crie, edite e compartilhe documentos de maneira fácil e prática.

Possui interface gráfica baseada na Faixa de Opções (Ribbon), modelos de documentos e estilos de formatação predefinidos, permitindo aplicar padronização e recursos visuais ao documento.

Integra-se a serviços da web, como Facebook, Flickr, YouTube, OneDrive e Twitter, possibilitando compartilhamento e trabalho colaborativo.

- **Novidades no Word 2016**

Diga-me o que você deseja fazer

Localização de comandos

Facilita a localização e a realização das tarefas de forma intuitiva, essa nova versão possui a caixa Diga-me o que deseja fazer, onde é possível digitar um termo ou palavra correspondente à ferramenta ou configurações que procura.

A caixa "Diga-me o que você deseja fazer" funciona como um campo de busca inteligente que permite localizar comandos e configurações por meio da digitação de palavras-chave.

Trabalhando em grupo, em tempo real

Compartilhamento simultâneo

Permite que vários usuários trabalhem no mesmo documento de forma simultânea.

O compartilhamento é realizado pelo botão Compartilhar, permitindo definir permissões (como

Pode editar") e enviar convite por e-mail.

Ao armazenar um documento on-line no OneDrive ou no SharePoint e compartilhá-lo com colegas

que usam o Word 2016 ou Word On-line, vocês podem ver as alterações uns dos outros no documento durante a edição. Após salvar o documento on-line, clique em Compartilhar para gerar um link ou enviar um convite por e-mail. Quando seus colegas abrem o documento e concordam em compartilhar automaticamente as alterações, você vê o trabalho em tempo real.

Pesquisa inteligente

Integração com o Bing

Integra o Bing, serviço de buscas da Microsoft, ao Word 2016. Ao clicar com o botão do mouse sobre qualquer palavra do texto e no menu exibido, clique sobre a função Pesquisa Inteligente, um painel é exibido ao lado esquerdo da tela do programa e lista todas as entradas na internet relacionadas com a palavra digitada.

Equações à tinta

Reconhecimento de escrita manual

Se utilizar um dispositivo com tela sensível ao toque é possível desenhar equações matemáticas, utilizando o dedo ou uma caneta de toque, e o programa será capaz de reconhecer e incluir a fórmula ou equação ao documento.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

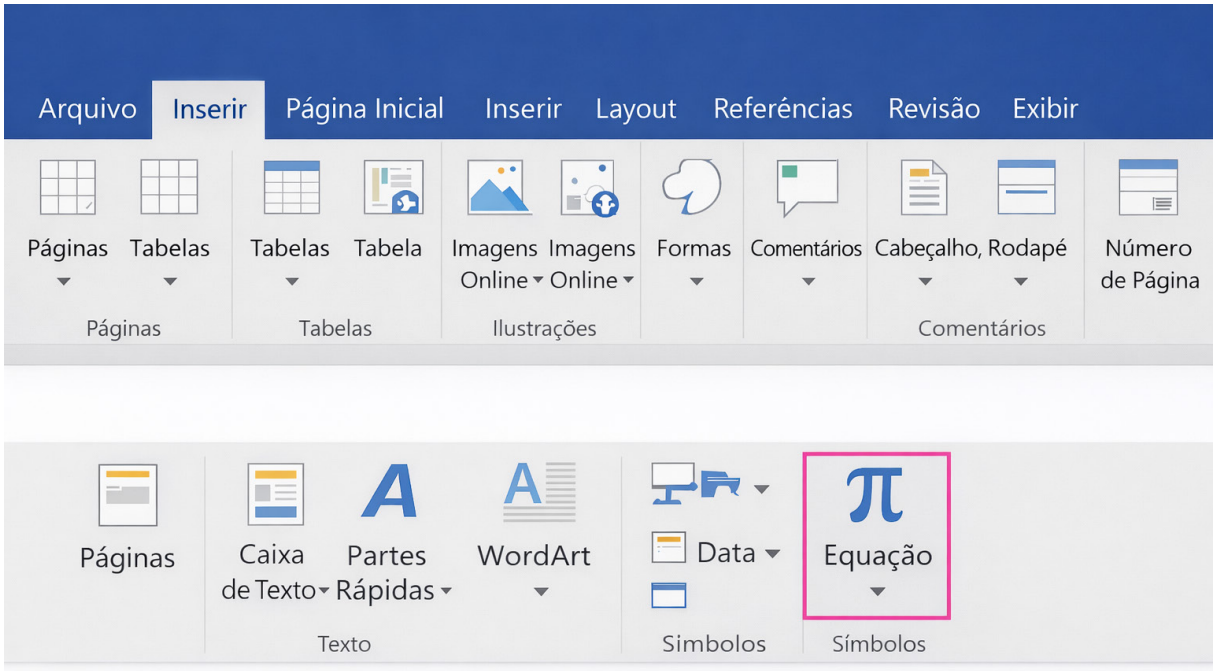


Figura 1 Equações à tinta

Histórico de versões melhorado

Acesso a versões anteriores

Vá até Arquivo > Histórico para conferir uma lista completa de alterações feitas a um documento e para acessar versões anteriores.

Compartilhamento mais simples

Envio direto pelo Word

Clique em Compartilhar para compartilhar seu documento com outras pessoas no SharePoint, no OneDrive ou no OneDrive for Business ou para enviar um PDF ou uma cópia como um anexo de e-mail diretamente do Word.

Formatação de formas mais rápida

Aplicação de estilos predefinidos

Quando você insere formas da Galeria de Formas, é possível escolher entre uma coleção de preenchimentos predefinidos e cores de tema para aplicar rapidamente o visual desejado.

Guia Layout

Alteração de nomenclatura

O nome da Guia Layout da Página na versão 2010/2013 do Microsoft Word mudou para apenas Layout[1].

1 CARVALHO, D. e COSTA, Renato. Livro Eletrônico

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

TEORIAS DA COMUNICAÇÃO. ESCOLAS, PARADIGMAS, CORRENTES, MODELOS, PRINCIPAIS PENSADORES. COMUNICAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA. MIDIATIZAÇÃO E PLATAFORMIZAÇÃO. DESINFORMAÇÃO E INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO

Paradigmas e escolas fundadoras do pensamento comunicacional

O estudo sistemático da comunicação como fenômeno social autônomo consolidou-se a partir de diferentes matrizes teóricas, cada uma propondo um modo distinto de explicar como mensagens são produzidas, transmitidas e interpretadas em contextos de massa e de interação cotidiana. Compreender essas matrizes exige reconhecer que não existe uma única teoria da comunicação, mas um conjunto de paradigmas concorrentes, cada um construído a partir de pressupostos próprios sobre o papel dos meios, do receptor e do contexto social na produção de sentido.

- **O paradigma funcionalista e a tradição empírica**

Uma das primeiras correntes a tratar a comunicação de massa como objeto de investigação sistemática concentrou-se em medir efeitos observáveis das mensagens sobre o comportamento e as atitudes do público. Essa tradição, de orientação empírica e quantitativa, partiu da premissa de que os meios de comunicação cumprem funções sociais específicas, como informar, vigiar o ambiente, correlacionar partes da sociedade e transmitir heranças culturais entre gerações. O método predominante baseava-se em pesquisas de opinião, experimentos controlados e análises estatísticas de audiência, buscando correlações entre exposição midiática e mudança de atitude.

Da teoria dos efeitos limitados ao modelo de dois estágios

Dentro dessa tradição empírica, formulou-se progressivamente a constatação de que a influência direta dos meios sobre o público era mais limitada do que inicialmente suposto. Pesquisas de campo mostraram que as mensagens não atingem os indivíduos de modo uniforme e instantâneo, mas são mediadas por relações interpessoais e por líderes de opinião inseridos em redes sociais primárias, como família, grupos de trabalho e círculos de amizade. Essa descoberta deu origem ao modelo de fluxo em dois estágios, segundo o qual o conteúdo midiático chega primeiro a indivíduos mais atentos e informados, que depois o retransmitem, filtrado por sua própria interpretação, aos demais membros de seu grupo social. Esse modelo deslocou o foco da pesquisa comunicacional do estímulo isolado para a rede de relações em que a mensagem circula, abrindo caminho para abordagens posteriores centradas no contexto social da recepção.

- **O paradigma crítico e a leitura ideológica dos meios**

Em contraposição à ênfase empírica e funcional, desenvolveu-se um paradigma de orientação crítica, preocupado em desvendar as relações de poder e os interesses econômicos subjacentes à produção midiática. Essa corrente, associada a uma tradição de teoria social voltada à análise da indústria cultural, sustenta que os meios de comunicação de massa operam como instrumentos de reprodução ideológica, padronizando conteúdos culturais e neutralizando potenciais críticas ao sistema econômico vigente. Para essa perspectiva, a comunicação não deve ser estudada apenas em termos de eficácia técnica, mas como parte de um sistema mais amplo de dominação simbólica que naturaliza desigualdades sociais.

Estudos culturais e a ressignificação da recepção

Uma vertente posterior, nascida do diálogo crítico com a tradição anterior, deslocou o eixo da análise da produção midiática para a recepção ativa dos conteúdos pelo público. Essa abordagem, conhecida como estudos culturais, argumenta que receptores situados em diferentes posições sociais não decodificam mensagens de modo passivo nem uniforme, podendo aceitar, negociar ou rejeitar os sentidos preferenciais embutidos em um texto midiático conforme seu repertório cultural, sua classe social e suas identidades de pertencimento. Esse modelo de decodificação diferencial tornou-se fundamental para compreender fenômenos contemporâneos de recepção fragmentada, nos quais públicos distintos constroem leituras divergentes do mesmo conteúdo noticioso ou publicitário.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A tabela apresentada abaixo sintetiza as diferenças centrais entre os três grandes paradigmas apresentados, destacando seu objeto privilegiado de análise, seu método predominante e sua concepção do papel do receptor.

Paradigma	Objeto privilegiado	Método predominante	Papel do receptor
Funcionalista	Efeitos e funções sociais dos meios	Pesquisa empírica quantitativa	Mediado por redes interpessoais
Crítico	Produção ideológica e indústria cultural	Análise teórico-social	Potencialmente alienado
Estudos culturais	Recepção e ressignificação de sentidos	Análise qualitativa da decodificação	Ativo e negociador de sentido

A leitura comparativa da tabela revela que a evolução do campo não representou a simples substituição de um paradigma por outro, mas um alargamento progressivo do objeto de estudo: do efeito mensurável sobre o comportamento, passou-se à crítica estrutural dos meios como instituição econômica e, posteriormente, à valorização da capacidade interpretativa do receptor como agente de sentido. Essa trajetória explica por que, ainda hoje, pesquisas comunicacionais contemporâneas frequentemente combinam ferramentas quantitativas de mensuração de audiência com análises qualitativas de recepção, reconhecendo que nenhum paradigma isolado dá conta da complexidade dos processos comunicacionais atuais.

- **Correntes semiológicas e estruturais**

Paralelamente aos paradigmas funcionalista e crítico, desenvolveu-se uma corrente de base linguística e semiológica, dedicada a investigar a comunicação como sistema de signos organizados segundo regras estruturais. Essa abordagem concebe toda mensagem midiática como um texto passível de decomposição em unidades significantes, cujos sentidos emergem não de propriedades isoladas, mas das relações de oposição e combinação entre esses elementos. A análise semiológica revelou-se particularmente produtiva no estudo da publicidade e do fotojornalismo, nos quais imagens aparentemente neutras carregam conotações culturais que reforçam valores sociais dominantes. Ao distinguir entre um nível denotativo, correspondente ao conteúdo literal de uma imagem ou de um enunciado, e um nível conotativo, formado pelos valores culturais associados a esse conteúdo, a análise semiológica permite explicar por que uma mesma peça publicitária pode comunicar, simultaneamente, uma informação objetiva sobre um produto e um conjunto de associações simbólicas relacionadas a status, pertencimento ou estilo de vida. Essa dupla camada de significação também se aplica à análise de discursos institucionais e políticos, nos quais escolhas lexicais aparentemente neutras podem carregar enquadramentos valorativos que orientam a interpretação do público sem que isso seja explicitado no enunciado manifesto.

Modelos comunicacionais e correntes de desenvolvimento do campo

Além dos paradigmas teóricos amplos, o campo da comunicação desenvolveu modelos específicos que buscam representar, de forma esquemática, os elementos e as etapas do processo comunicacional. Esses modelos cumprem função didática e analítica, permitindo identificar em que ponto de um processo comunicacional real podem ocorrer distorções, ruídos ou falhas de recepção.

- **Do modelo linear ao modelo circular**

O modelo mais elementar de representação da comunicação concebe o processo como uma sequência linear que parte de uma fonte emissora, passa por um canal de transmissão e chega a um receptor, podendo sofrer interferências de ruído ao longo do trajeto. Esse modelo, de inspiração técnica, mostrou-se útil para descrever sistemas de telecomunicação, mas revelou-se insuficiente para explicar a comunicação humana, na qual o receptor não permanece passivo, mas responde, reinterpreta e realimenta o processo comunicativo.

A introdução da retroalimentação e da circularidade

Reconhecendo essa limitação, modelos posteriores incorporaram o conceito de retroalimentação, segundo o qual o receptor também emite sinais de resposta que retornam à fonte original, transformando a comunicação em um processo circular e contínuo, e não em um evento unidirecional e finito. Essa reformulação aproximou os modelos comunicacionais da observação empírica de interações reais, nas quais emissor e receptor trocam de papel constantemente, ajustando suas mensagens conforme as reações percebidas no interlocutor. A circularidade tornou-se ainda mais evidente com a emergência de ambientes digitais interativos, nos quais a distinção entre quem produz e quem recebe conteúdo torna-se cada vez mais fluida, dando origem a formas híbridas de participação comunicativa.

- **Modelos de agendamento e de construção social da realidade**

Outra linha relevante de desenvolvimento teórico propôs que a função primordial dos meios de comunicação não seria necessariamente dizer às pessoas o que pensar, mas sobre o que pensar, selecionando e hierarquizando temas que se tornam prioritários na percepção pública. Esse modelo de agendamento temático demonstrou empiricamente que a saliência atribuída pela cobertura midiática a determinados assuntos tende a corresponder à importância que o público passa a atribuir a esses mesmos assuntos, mesmo quando a experiência direta dos indivíduos com o tema é limitada ou inexistente.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RELAÇÕES PÚBLICAS

RELAÇÕES PÚBLICAS. CONCEITOS E FUNDAMENTOS DAS RELAÇÕES PÚBLICAS. MAPEAMENTO E MOBILIZAÇÃO DE PÚBLICOS. COMUNICAÇÃO DIRIGIDA. PLANEJAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS. MARKETING DE RELACIONAMENTO

Conceitos e Fundamentos das Relações Públicas

A natureza da atividade de Relações Públicas

As Relações Públicas constituem uma função estratégica de gestão da comunicação entre uma organização e os diversos grupos sociais com os quais ela mantém interdependência. Diferentemente de abordagens que reduzem a comunicação organizacional à divulgação de informações ou à promoção de produtos, as Relações Públicas se ocupam da construção, manutenção e eventual reparação de relacionamentos duradouros, assentados em confiança mútua, reconhecimento recíproco de interesses e compromisso com a transparência. A atividade pressupõe que toda organização, seja ela pública, privada ou do terceiro setor, não existe isoladamente, mas em um tecido de relações com empregados, fornecedores, consumidores, acionistas, comunidades vizinhas, órgãos reguladores, imprensa e sociedade em geral. A administração dessas relações é o núcleo conceitual do campo.

Distinção entre Relações Públicas e áreas afins

É necessário distinguir as Relações Públicas de outras práticas comunicacionais com as quais frequentemente se confundem. A publicidade e a propaganda operam por meio de espaços pagos de mídia, com mensagens unidirecionais voltadas à persuasão comercial ou ideológica. O jornalismo organizacional, por sua vez, dedica-se à produção de conteúdo informativo segundo critérios editoriais e temporalidade noticiosa. Já o marketing, em sua acepção clássica, concentra-se na troca de valor entre organização e consumidor, por meio de produto, preço, praça e promoção. As Relações Públicas se diferenciam dessas áreas por não visarem exclusivamente a venda ou a persuasão imediata, mas a construção de um ambiente relacional favorável, que sustente a legitimidade e a reputação da organização ao longo do tempo. Essa distinção não impede a convergência operacional entre as áreas, especialmente em estruturas de comunicação integrada, mas preserva a especificidade conceitual de cada uma.

Funções essenciais da atividade

A literatura da área reconhece um conjunto de funções que caracterizam o exercício profissional das Relações Públicas. A função de assessoria consiste em orientar a alta função de pesquisa fundamenta decisões em diagnósticos sobre percepções, expectativas e comportamentos dos públicos. A função de planejamento organiza as ações comunicacionais em programas coerentes com objetivos organizacionais. A função de execução compreende a implementação de ações de relacionamento, eventos, publicações e demais instrumentos. A função de avaliação verifica os resultados alcançados e realimenta o processo de planejamento. Essas funções não operam isoladamente, mas de forma cíclica e interdependente, compondo um processo contínuo de gestão.

Fundamentos teóricos do campo

O desenvolvimento conceitual das Relações Públicas apoia-se em diferentes correntes teóricas que explicam a natureza da relação entre organizações e públicos. A perspectiva sistêmica compreende a organização como um sistema aberto, em permanente troca com o ambiente externo, do qual depende para obter recursos, legitimidade e apoio. Nessa visão, as Relações Públicas funcionam como mecanismo de ajuste entre o sistema organizacional e seu entorno, monitorando desequilíbrios e propondo adaptações. A perspectiva da excelência, desenvolvida a partir de pesquisas sobre práticas bem-sucedidas, sustenta que a comunicação simétrica de mão dupla, na qual organização e públicos influenciam-se mutuamente, produz relacionamentos mais sólidos do que modelos assimétricos de persuasão unilateral.

Modelos históricos de prática

A evolução histórica da atividade permite identificar modelos de prática que ainda hoje coexistem em diferentes contextos organizacionais. O modelo de agente de imprensa caracteriza-se pela busca de visibilidade a qualquer custo, com pouca preocupação com a veracidade das informações divulgadas. O modelo de informação pública busca disseminar informações precisas, ainda que de forma unidirecional, sem mecanismos efetivos de escuta. O modelo assimétrico de mão dupla utiliza pesquisa para compreender os públicos, mas com o objetivo de persuadi-los a aceitar a posição organizacional. O modelo simétrico de mão dupla, considerado o mais avançado, pressupõe negociação genuína e disposição organizacional para ajustar comportamentos e políticas a partir do diálogo com os públicos. A compreensão desses modelos permite avaliar criticamente práticas concretas e orientar escolhas estratégicas mais consistentes com os princípios éticos da profissão.

Princípios éticos e deontológicos

O exercício das Relações Públicas está condicionado a princípios éticos que distinguem a atividade profissional de práticas manipulatórias. A veracidade das informações divulgadas, o respeito à autonomia dos públicos para formar suas próprias opiniões, a transparência quanto à identidade e

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

aos interesses da organização representada, e a responsabilidade social pelas consequências da comunicação constituem pilares desse conjunto normativo. A observância desses princípios não decorre apenas de exigências regulatórias, mas da própria natureza da atividade, cuja eficácia de longo prazo depende da credibilidade construída junto aos públicos.

Mapeamento e Mobilização de Públicos

Conceituação e tipologia de públicos

O público, em Relações Públicas, é definido como um conjunto de pessoas que compartilham um interesse comum em relação a uma organização, situação ou questão, e que podem afetar ou ser afetados pelas decisões organizacionais. Essa definição supera a noção genérica de "opinião pública" para reconhecer a existência de múltiplos públicos, cada qual com características, expectativas e níveis de envolvimento distintos. O mapeamento de públicos constitui, assim, etapa preliminar indispensável a qualquer planejamento comunicacional, pois permite identificar com quem a organização precisa se relacionar e de que maneira.

Critérios de classificação

Os públicos podem ser classificados segundo diferentes critérios. Quanto à localização em relação à organização, distinguem-se públicos internos, como empregados e colaboradores diretos, e públicos externos, como consumidores, comunidade e órgãos reguladores; os públicos mistos, como representantes comerciais e prestadores de serviço terceirizados, situam-se em zona intermediária. Quanto ao grau de envolvimento com uma questão específica, a teoria situacional de públicos distingue públicos não públicos, que não reconhecem a existência de um problema; públicos latentes, que enfrentam um problema sem o perceberem como tal; públicos conscientes, que reconhecem o problema, mas ainda não se organizaram em torno dele; e públicos ativos, que se mobilizam efetivamente para buscar informação e agir sobre a questão. Essa tipologia situacional é particularmente útil para orientar prioridades de comunicação, pois públicos ativos demandam resposta mais imediata e direcionada do que públicos latentes.

Mapeamento estratégico de públicos

O mapeamento de públicos envolve a identificação sistemática de todos os grupos relevantes, a caracterização de seus interesses e expectativas específicas, e a avaliação do grau de influência e de interesse que cada público exerce sobre a organização ou é por ela afetado. Instrumentos de matriz, que cruzam o grau de poder de influência com o grau de interesse na questão organizacional, auxiliam na priorização de públicos que exigem atenção mais intensa e direcionada. Públicos de alto poder e alto interesse demandam relacionamento próximo e contínuo, enquanto públicos de baixo poder e baixo interesse podem ser atendidos por meio de comunicação mais genérica.

Estratégias de mobilização

Uma vez mapeados, os públicos podem ser objeto de estratégias de mobilização, compreendidas como o conjunto de ações destinadas a engajá-los ativamente em torno de causas, projetos ou posicionamentos de interesse organizacional e social compartilhado. A mobilização pressupõe que os públicos não sejam tratados como receptores passivos de mensagens, mas como atores capazes de agir, influenciar terceiros e contribuir para os objetivos pretendidos.

Mecanismos de engajamento

Entre os mecanismos empregados para mobilizar públicos, destacam-se a criação de canais de participação direta, como conselhos consultivos e comitês de representação; a realização de consultas públicas, que permitem colher contribuições antes da tomada de decisões relevantes; e a formação de redes de multiplicadores, compostas por indivíduos ou organizações capazes de disseminar informações e influenciar outros membros do público-alvo. A mobilização eficaz exige comunicação contínua, retorno concreto às manifestações recebidas e evidências de que a participação dos públicos produz efeitos reais sobre as decisões organizacionais.

Avaliação do relacionamento com públicos

A seguir, apresenta-se quadro comparativo que sintetiza diferenças entre categorias de públicos quanto ao grau de proximidade organizacional e à natureza predominante da comunicação empregada.

Categoria de público	Proximidade organizacional	Natureza predominante da comunicação
Público interno	Alta	Dirigida, contínua, bidirecional
Público externo próximo	Média a alta	Dirigida, segmentada
Público externo amplo	Baixa a média	Massiva, institucional
Público misto	Variável	Contratual e relacional

A tabela evidencia que a proximidade organizacional tende a corresponder a formas de comunicação mais dirigidas e dialógicas, ao passo que públicos mais distantes costumam ser alcançados por meios massivos. Essa correspondência, contudo, não é automática, pois organizações com recursos e maturidade comunicacional elevados podem dirigir comunicação segmentada mesmo a públicos externos amplos, por meio de bases de dados e canais digitais de relacionamento.

Comunicação Dirigida

Fundamentos da comunicação dirigida

A comunicação dirigida define-se como o conjunto de processos comunicacionais planejados para atingir públicos específicos e previamente identificados, por meio de canais, linguagens e conteúdos adequados às características de cada segmento. Contrapõe-se à comunicação massiva, que se dirige a audiências amplas e heterogêneas por meio de veículos de grande alcance, sem possibilidade de ajuste fino ao perfil de subgrupos específicos. A opção pela comunicação dirigida decorre do reconhecimento de que públicos distintos possuem

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

PROCESSO LEGISLATIVO E REGIMENTO INTERNO

PROCEDIMENTO LEGISLATIVO. TIPOS DE PROCEDIMENTO, ORDINÁRIO, ABREVIADO, SUMÁRIO, SUMARÍSSIMO, ESPECIAL E CONCENTRADO. ETAPAS E NOÇÕES BÁSICAS. COMISSÕES, PARECERES, DELIBERAÇÃO, VOTAÇÃO, SANÇÃO E VETO

Procedimento Legislativo Ordinário e Modalidades Afins

▸ Conceito e Função do Procedimento Legislativo

O procedimento legislativo corresponde à sucessão ordenada de atos e fases por meio dos quais uma proposição percorre as instâncias internas de uma casa parlamentar até alcançar sua conclusão, seja pela aprovação, pela rejeição ou pelo arquivamento. Trata-se de um conjunto de ritos disciplinados pelo regimento interno de cada câmara legislativa, cuja finalidade é assegurar que a formação das normas jurídicas observe etapas mínimas de discussão, exame técnico e deliberação coletiva, preservando ao mesmo tempo a legitimidade democrática do processo e a racionalidade na tramitação das matérias. A existência de procedimentos diferenciados decorre da constatação de que nem todas as proposições possuem a mesma complexidade ou urgência, de modo que o regimento estabelece ritos distintos, mais ou menos extensos, conforme a natureza da matéria e o grau de celeridade que a situação concreta reclama.

O Procedimento como Sucessão Ordenada de Atos

Cada procedimento legislativo pode ser compreendido como uma cadeia de atos processuais que se sucedem em ordem lógica e cronológica, iniciando-se com a apresentação da proposição, passando pelo exame nas comissões competentes, pela discussão e votação em plenário e, quando cabível, pela remessa à outra casa legislativa ou à sanção do chefe do Poder Executivo. Essa sucessão não é meramente formal, pois cada fase cumpre uma função específica no amadurecimento da proposta: a instrução técnica realizada nas comissões permite depurar a redação e identificar eventuais vícios de constitucionalidade ou de técnica legislativa, ao passo que a deliberação em plenário confere à decisão o batismo da vontade coletiva dos representantes eleitos. A supressão indevida de qualquer dessas fases pode comprometer a validade do ato normativo resultante, razão pela qual os regimentos internos cuidam de detalhar com precisão os prazos, os quóruns e as condições de admissibilidade em cada etapa.

Nele, a proposição passa, em regra, pelo exame de uma ou mais comissões permanentes, nas quais se emitem pareceres sobre o mérito e sobre a compatibilidade da matéria com a Constituição e com a boa técnica legislativa, para somente depois ser submetida à discussão e votação do plenário. Esse itinerário mais extenso justifica-se pela necessidade de assegurar amplo debate e aprofundado exame técnico, sobretudo quando a proposição não apresenta urgência que justifique sua tramitação abreviada. O procedimento ordinário funciona, assim, como parâmetro de comparação para a compreensão dos demais ritos, que se diferenciam dele justamente pela supressão, concentração ou aceleração de determinadas fases.

▸ Procedimentos Abreviado, Sumário e Sumaríssimo

Ao lado do rito ordinário, os regimentos internos preveem modalidades de tramitação mais céleres, destinadas a situações em que a demora do procedimento-padrão se mostraria incompatível com a natureza da matéria ou com prazos constitucionalmente fixados. Essas modalidades distinguem-se entre si pelo grau de compressão das fases regimentais, pela simplificação dos pareceres exigidos e pela possibilidade de supressão de etapas intermediárias, sempre sem prejuízo da garantia mínima de discussão coletiva.

Procedimento Abreviado

O procedimento abreviado caracteriza-se pela redução do número de comissões chamadas a se manifestar sobre a proposição ou pela diminuição dos prazos regimentais de tramitação, sem que se chegue à supressão integral da fase de instrução técnica. Em geral, aplica-se a matérias cuja relevância não dispensa o exame de mérito, mas cuja urgência recomenda que esse exame seja conduzido de forma mais concentrada, evitando a passagem sequencial por múltiplos colegiados. Essa modalidade preserva, portanto, a lógica de instrução prévia à deliberação plenária, mas comprime o tempo dedicado a cada etapa.

Procedimento Sumário

O procedimento sumário vincula-se a situações em que a Constituição ou o próprio regimento fixam prazo certo para a apreciação da matéria, sob pena de consequências processuais relevantes, como o sobrestamento de outras deliberações na pauta da casa legislativa até que a votação se conclua. Esse rito busca conciliar a urgência imposta pelo prazo com a manutenção de um mínimo de instrução, de modo que as comissões continuam a se manifestar, ainda que sob calendário rigidamente delimitado. O quadro comparativo abaixo sintetiza as principais características dos procedimentos ordinário, abreviado, sumário e sumaríssimo, permitindo visualizar as diferenças quanto à extensão das fases e ao grau de urgência que cada um pressupõe.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Procedimento	Instrução nas comissões	Grau de urgência	Traço distintivo
Ordinário	Completa, em todas as comissões competentes	Ausente	Rito-padrão, sem compressão de fases
Abreviado	Reduzida em número de comissões ou prazos	Moderado	Concentração parcial da instrução técnica
Sumário	Mantida, porém sob prazo rígido	Elevado, com prazo fixado	Risco de sobrestamento da pauta
Sumaríssimo	Dispensada ou mínima	Máximo	Deliberação direta em plenário

A comparação revela uma gradação contínua entre os ritos, de sorte que a urgência cresce na mesma proporção em que diminui a extensão da fase instrutória nas comissões, até o limite representado pelo procedimento sumaríssimo.

Procedimento Sumaríssimo

O procedimento sumaríssimo representa o grau máximo de aceleração procedimental, sendo reservado a situações de urgência excepcional, reconhecidas mediante requerimento específico aprovado pelo próprio plenário. Nessa modalidade, a matéria pode ser deliberada diretamente pelo plenário, com dispensa das formalidades regimentais ordinárias, inclusive quanto à prévia distribuição às comissões de mérito, substituindo-se o parecer escrito pela manifestação oral de relator designado na própria sessão. Trata-se de instrumento excepcional, cuja utilização reiterada e desvirtuada pode comprometer a qualidade técnica da legislação produzida, razão pela qual sua aplicação costuma ser condicionada a requisitos formais rigorosos, como a demonstração inequívoca da urgência e a aprovação por quórum qualificado do requerimento correspondente.

Procedimento Especial e Procedimento Concentrado

- **Procedimento Especial**

O procedimento especial constitui categoria residual e ao mesmo tempo específica, reunindo ritos próprios estabelecidos pelo regimento interno para determinadas matérias que, por sua natureza peculiar, não se amoldam adequadamente ao esquema do procedimento ordinário nem às modalidades aceleradas de tramitação. Esse rito aplica-se a proposições que demandam etapas processuais próprias, incompatíveis com a sequência padronizada de distribuição às comissões permanentes seguida de deliberação plenária única.

Hipóteses de Incidência

Enquadram-se no procedimento especial, tipicamente, as propostas de emenda à Constituição, os projetos de código, as proposições relativas à criação de comissões parlamentares de inquérito, os processos de perda de mandato parlamentar, os pedidos de licença e afastamento de parlamentares, bem como outras matérias para as quais o regimento estabeleça rito próprio e destacado do procedimento comum. A característica unificadora dessas hipóteses é a existência de peculiaridades que tornam inadequada a aplicação do rito ordinário, seja pela exigência de quóruns diferenciados, seja pela necessidade de fases adicionais de publicidade e exame, seja ainda pela relevância institucional da matéria, que recomenda tratamento procedimental singularizado.

Peculiaridades de Tramitação

As peculiaridades do procedimento especial manifestam-se de diferentes formas, conforme a matéria tratada. Nas propostas de emenda constitucional, por exemplo, exige-se deliberação em dois turnos de votação em cada casa legislativa, com quórum de aprovação qualificado, circunstância que não se verifica no procedimento ordinário de leis infraconstitucionais. Já nos projetos de código, costuma-se adotar comissão especial, composta por parlamentares designados especificamente para o exame da proposição, em substituição às comissões permanentes, dada a amplitude temática que um código normalmente apresenta. Em todos esses casos, o traço comum é a substituição, parcial ou integral, do itinerário regimental padrão por um conjunto de regras específicas, desenhadas para atender às exigências particulares da matéria.

- **Procedimento Concentrado**

O procedimento concentrado designa a modalidade em que determinadas fases do processo legislativo, normalmente distribuídas entre órgãos técnicos distintos, são reunidas em um único momento processual, suprimindo-se etapas intermediárias que, no rito ordinário, se sucederiam de forma segmentada. Essa concentração pode ocorrer tanto na dimensão temporal, pela reunião de atos que ordinariamente se praticariam em sessões distintas, quanto na dimensão orgânica, pela atribuição a um único colegiado de competências que, de outro modo, seriam repartidas entre diferentes comissões.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CIÊNCIA POLÍTICA

CIÊNCIA POLÍTICA

A Ciência Política é uma das áreas das ciências sociais, cuja função é estudar as estruturas políticas de grupos humanos buscando compreender a organização que sirva de sustentáculo ao poder.

Desta forma, a ciência política busca demonstrar os conceitos de Estado, Governo e formas de organização humana, bem como proceder ao estudo de outras instituições referentes à ordem política. São exemplos destas instituições: as instituições de ordem religiosa e organizações não governamentais - ONGs.

Nesse sentido, com o fito de organizar a sociedade, a ciência política busca fornecer um fundamento teórico-científico para conceder amparo à ação prática tanto de governos, quanto de organizações políticas.

Na Grécia Antiga, os gregos conceituavam como "práxis", a necessidade de pensar e refletir acerca de uma ação antes de a colocar em prática. Assim, a principal tarefa da ciência política é fornecer uma base teórica à práxis política.

Ressalta-se que antes da existência da Grécia Antiga, houve sociedades que desenvolveram sistemas políticos complexos com fundamento em maneiras de estabelecimento e organização do poder, como a China e o Egito, por exemplo. Entretanto, os primeiros povos que começaram a tentar estabelecer sistemas intelectuais referentes ao modo como a prática política deveria ser organizada, foram os gregos.

NOTA: Os gregos foram os primeiros povos a pensar sobre a práxis política.

Nesse diapasão, infere-se que os primeiros filósofos a indagar acerca de como deveria ser a organização política garantidora da melhor forma de intervenção prática no mundo, foram: Sócrates, Platão e Aristóteles.

Todavia, no tempo dos filósofos clássicos, a ciência da organização política ainda não era cogitada, porém, é possível encontrar nesses filósofos, a importância histórica daqueles que anteriormente indagavam sobre a forma como a política deveria se organizar.

Já entre o período do Renascimento e da modernidade, destaca-se a existência de filósofos que contribuíram de maneira importante para a constituição da ciência política, que foi estabelecida como uma ciência metódica e bem articulada apenas no século XIX.

Ressalta-se que Nicolau Maquiavel, que escreveu um dos mais importantes tratados políticos da modernidade sob a denominação de "O Príncipe", foi um dos filósofos que mais se destacou durante o período do Renascimento e da modernidade, tendo em vista que nesta obra, esse teórico político florentino buscou estabelecer as bases para um governante se manter em um governo de modo estável.

Dando continuidade à história do pensamento político, nos séculos XVI e XVII, os filósofos Jean Bodin e Thomas Hobbes, se empenharam à defesa do absolutismo como forma de governo.

Contudo, nesta linhagem, o filósofo que conseguiu implantar uma nova forma de pensamento político na modernidade, denominada de "o liberalismo político", foi o inglês John Locke, que se tratava de um defensor nato do sistema de governo parlamentar sob a forma de um sistema político não acatador de abusos de um governo centralizado, buscando desta forma, a permissão do direito natural à vida, à liberdade e, destacadamente, **à propriedade privada.**

Infere-se que antes do balizamento da ciência política como ciência autônoma, houve também, o auxílio dos filósofos iluministas do século XVIII para pensar nos limites e atribuições da política no mundo moderno, destacando-se dentre eles, os franceses.

De modo geral, os iluministas defendiam o fim do Antigo Regime, pois, este concentrava todo o poder político nas mãos do governante dando a ele o poder de forma irrestrita. Além disso, os iluministas defendiam também, as formas de organização políticas garantidoras da conservação de direitos à sociedade.

São exemplos clássicos de filósofos iluministas, Voltaire, que defendia a laicidade do Estado, a liberdade religiosa e a liberdade de expressão, bem como Charles de Montesquieu, grande defensor do Estado republicano com os poderes divididos em:

a) Legislativo;

b) Executivo; e

c) Judiciário.

Salienta-se que a forma de Estado republicano continua sendo adotada por diversas repúblicas e sua aplicação limita o poder e impede a concentração dele nas mãos de apenas uma pessoa, tornando desta maneira, restrita, a prática de abusos.

No século XIX ocorreu o mais importante marco que consolidou a ciência política como um campo autônomo do conhecimento. Desse modo, diante do surgimento da sociologia oriunda das ideias do filósofo Auguste Comte e dos sociólogos e filósofos Émile Durkheim (francês), bem como de Karl Marx (alemão), nasceu a necessidade de se pensar nas concepções políticas de modo geral, fato que ocasionou a fundamentação de um novo campo das ciências sociais pelo historiador americano Herbert Baxter Adams, que se tornou responsável por estudar as formações políticas, recebendo contribuições para tal estudo, bem como contribuindo para o desenvolvimento de outras ciências sociais.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Os conceitos básicos da ciência política são os seguintes:

a) A ideia de cidadania: Trata-se da permissão da participação política na formação da sociedade, bem como do reconhecimento do papel do cidadão como participante da formação política da cidade;

b) A ideia de cidade: Se refere à instituição política agrupadora dos seres humanos em uma estrutura jurídica, geográfica e social.

c) A ideia de Estado: Trata-se da tentativa de delimitação das noções de poder difundidas de modo amplo na sociedade; e

d) A ideia de direito: se refere à noção que implica a participação de todos os cidadãos, tendo em vista que são possuidores do direito a uma parte daquilo que é oferecido pela sociedade.

OBS. importantes:

- Herbert Baxter Adams é considerado o fundador da Ciência Política contemporânea.
- **Montesquieu é o autor da teoria da tripartição dos poderes em:** Legislativo, Judiciário e Executivo.
- Trata-se o voto, de uma ação cidadã nas sociedades republicanas democráticas contemporâneas.
- O primeiro curso superior em ciência política no Brasil, surgiu no ano de 1930, na Universidade de São Paulo - USP.

Por fim, infere-se que para a compreensão eficaz dos mecanismos de poder na sociedade e principalmente nas sociedades pós-capitalistas, é essencial que se proceda à prática do estudo da ciência política.

Ademais, contemporaneamente, é necessário que os políticos tenham conhecimento da ciência política, levando em conta que estas autoridades devem possuir conhecimento a respeito da ciência política.

TEORIA POLÍTICA

Breve Histórico

De antemão, salienta-se que a teoria política destaca-se na sociedade pelo fato de envolver a filosofia política, que se trata de uma área de estudo da filosofia que questiona, problematiza e busca compreender as variadas questões políticas que percorrem o convívio social.

Desta forma, é possível diferenciar a filosofia política da ciência política da seguinte maneira:

FILOSOFIA POLÍTICA	CIÊNCIA POLÍTICA
Área de estudo da filosofia preocupada com as diversas questões políticas que surgem do convívio social e da organização desse convívio em meio a uma agrupação humana.	Usa método específico para organizar os seus estudos e pressupostos, pois a sua pretensão pende para a formação de conhecimento científico. OBS. Importante: A filosofia política é um instrumento para a ciência política.

Ressalta-se que no decorrer da história, em consonância com cada época, diversos pensadores, como Aristóteles, Platão, Maquiavel, bem como os contratualistas e iluministas e demais filósofos contemporâneos, desenvolveram várias teorias que deram fundamento e movimento à teoria e à filosofia política.

Nesse sentido, a filosofia clássica se trata de um vasto movimento intelectual que atua nas bases conceituais do pensamento, sendo denominada pelo filósofo francês contemporâneo Gilles Deleuze, como uma arte de criação de conceitos que busca o entendimento, a movimentação, bem como a contínua criação de novos conceitos questionando e problematizando o que é oriundo do senso comum, da opinião, da tradição e também da religião em si.

No condizente à teoria e filosofia política, os filósofos sempre buscaram estabelecer críticas e sedimentar novas ideias que movimentem o campo intelectual de modo a pensar e questionar a seara da organização política.

Assim, ao se diferenciar da ciência política, a filosofia política, por não possuir pretensão metódica e científica, deu abertura para que diversos pensadores criassem diferentes teorias acerca da organização política. Todavia, sempre questionaram sobre o conhecimento anterior, vindo a estabelecer novos conceitos a respeito dos problemas políticos.

Desse modo os filósofos sendo considerados como teóricos da política, passaram a se dedicar e compreender questões referentes a elementos políticos, tais como:

a) Governo;

b) Estado;

c) Noções de direito público e privado;

d) As diferentes formas de governo; e

e) Noções éticas e econômicas relacionadas à política.

▸ Estado

Para Platão e Aristóteles, o Estado é um conjunto de mecanismos que compõem a máquina pública e que delimita o que pertence à coletividade, diferenciando-se daquilo pertencente à seara privada.

Desta maneira, o Estado é delimitado pelo que faz parte do âmbito público, sendo assim, reconhecido como legítimo a partir de um mecanismo que une pessoas, e que enquanto máquina pública, se torna algo fixo. Contudo, quando passa por mudanças, deverão estas estar em concordância com o bem do povo, devendo ainda ser graduais acompanhando as demandas da sociedade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!